



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO**  
**CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**LUANA LOURDES DA SILVA ROCHA**

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA INCLUSÃO  
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

**JOÃO PESSOA**  
**MAIO/2017**

**LUANA LOURDES DA SILVA ROCHA**

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA INCLUSÃO  
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

*Monografia apresentada ao Departamento de  
Tecnologia em Gestão Pública da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito parcial à  
obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão  
Pública. Área de estudo: Educação Inclusiva*

·  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Joseneide Souza  
Pessoa

JOÃO PESSOA

MAIO/2017

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a Silva Rocha, Luana Lourdes da.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA  
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR /  
Luana Lourdes da Silva Rocha. – João Pessoa, 2017.  
50f.: il.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Joseneide Souza Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Deficiência. 2. Inclusão. 3. Acessibilidade Física. 4. Ensino Superior. I.  
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35(043.2)

**LUANA LOURDES DA SILVA ROCHA**

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA INCLUSÃO  
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

*Monografia apresentada ao Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da  
Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo  
em Gestão Pública.*

**Aprovada em:** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joseneide Souza Pessoa (Orientadora)  
**Universidade Federal da Paraíba**

---

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Flavio Perazzo Barbosa Mota (Examinador)  
**Universidade Federal da Paraíba**

---

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Marco Antônio de Castilhos Acco (Examinador)  
**Universidade Federal da Paraíba**

*A Deus, pois o que seria de mim sem a fé que tenho Nele? Agradeço pela força e coragem que me deu, que foi essencial na minha caminhada. Por ser meu sustento, guia e autor do meu destino.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, pois é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta universidade e seu corpo docente, que proporcionaram a janela que hoje vislumbro.

A minha orientadora professora Joseneide, pelo suporte e empenho dedicado à elaboração, ajuda e correção deste trabalho.

Aos meus pais e ao meu marido Roberto, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amigos, em especial a minha amiga Daniela, pelo apoio ao longo do curso. Pois sozinho podemos até conseguir realizar nossos sonhos, mas quando se tem amigos, tudo se torna muito mais fácil.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A presente monografia possui um breve histórico sobre a educação inclusiva no ensino superior, abordando processo de inclusão e seus desafios, partindo do pressuposto de que um ambiente acessível é bastante significativo para a pessoa com deficiência. O foco desta pesquisa se concentrou em analisar os principais desafios de acessibilidade arquitetônica enfrentados pelos estudantes com deficiência no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como objetivo estudar a questão da acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior a partir de uma realidade institucional pública. Com o objetivo específico de identificar a acessibilidade física na UFPB, e os serviços de apoio dirigidos aos alunos com deficiência, verificando se os impedimentos de acessibilidade física prejudicam ou não o seu acesso, se diante das suas necessidades o aluno teve um atendimento adequado, como também avaliar as suas sugestões em relação às condições de acessibilidade da UFPB. Este trabalho se desenvolveu através da pesquisa bibliográfica e de campo, realizada em forma de entrevista junto à coordenação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA, e a um público de 04 alunos com deficiência que estudam em diferentes cursos da UFPB. É um estudo de caráter qualitativo, buscou-se criar algumas categorias a partir das falas dos participantes, buscando assim, explorar algumas categorias que ajudaram a compreender o problema da acessibilidade a partir daqueles que articulam a política, por meio do Programa Incluir e por outro lado, aqueles que vivenciam as dificuldades no plano real da fragilidade de inclusão no ambiente institucional de ensino. Diante dos elementos de acessibilidade implicados neste levantamento, no geral, a coordenadora do CIA e os estudantes aferiram negativamente, mas apontaram outros elementos relevantes que podemos considerar que o Programa Incluir cumpre em parte com seus objetivos de inclusão por meio da disponibilização de cadeiras de rodas e de alunos apoiadores os quais acompanham o aluno com deficiência em suas atividades. Na questão de acessibilidade nos equipamentos físicos da Universidade, os alunos com deficiência apontaram vários aspectos que negam os seus direitos, principalmente o de ir e vir com segurança, autonomia e liberdade. Conclui-se, portanto, que apesar das leis, decretos, normas, ainda falta muito para que a UFPB torne-se um ambiente totalmente acessível, e para melhorar as condições de acessibilidade é fundamental colocar em prática quatro elementos, tais como Respeito, Planejamento, Acompanhamento e Fiscalização, para assim criar uma nova atmosfera de inclusão a partir da acessibilidade em todos os ambientes da UFPB, esses foram os elementos chave que os entrevistados apontaram para a questão da acessibilidade.

**Palavras chave:** Deficiência; Inclusão; Acessibilidade Física; Ensino Superior.

## ABSTRACT

This monograph has a brief history of inclusive education in higher education, addressing the inclusion process and its challenges, assuming that an accessible environment is quite significant for the disabled person. The focus of this research was to analyze the main challenges of architectural accessibility faced by students with disabilities in the I campus of the Federal University of Paraíba (UFPB), with the objective of studying the accessibility of students with disabilities in higher education from a Public institutional reality. With the specific objective of identifying the physical accessibility in the UFPB, and the support services directed to the students with disabilities, verifying if the impediments of physical accessibility hinder or not their access, if in front of their needs the student had an adequate attendance, as Also assess their suggestions regarding the accessibility conditions of the UFPB. This work was developed through bibliographical and field research, conducted as an interview with the coordination of the Inclusion and Accessibility Committee (CIA), and to an audience of 04 students with disabilities who study in different courses of the UFPB. It is a qualitative study, we sought to create some categories based on the participants' speeches, thus seeking to explore some categories that helped to understand the problem of accessibility from those who articulate the policy, through the Include Program and on the other Side, those who experience the difficulties in the real plan of the fragility of inclusion in the institutional teaching environment. Faced with the accessibility elements involved in this survey, the CIA coordinator and the students negatively assessed, but pointed out other relevant elements that we can consider that the Include Program fulfills in part with its inclusion objectives through the provision of wheelchairs And of supporting students who accompany students with disabilities in their activities. In the issue of accessibility in the University's physical equipment, students with disabilities pointed out several aspects that deny their rights, especially that of coming and going with security, autonomy and freedom. It is concluded, therefore, that despite the laws, decrees, norms, it is still a long way for the UFPB to become a totally accessible environment, and to improve the accessibility conditions it is fundamental to put into practice four elements, such as Respect, Planning , Monitoring and Inspection, in order to create a new atmosphere of inclusion based on accessibility in all UFPB environments, these were the key elements that the interviewees pointed to the issue of accessibility.

**Keywords:** Deficiency; Inclusion; Physical accessibility; Higher education.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 01:</b> RAMPAS PARA REBAIXAMENTO DE CALÇADAS	<b>21</b>
<b>FIGURA 02:</b> CALÇADA ACESSÍVEL	<b>21</b>
<b>FIGURA 03:</b> RAMPAS ELEVATÓRIAS	<b>21</b>
<b>FIGURA 04:</b> RAMPAS DE ACESSO	<b>21</b>
<b>FIGURA 05:</b> VAGA PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO	<b>21</b>
<b>FIGURA 06:</b> SANITÁRIO ACESSÍVEL	<b>21</b>
<b>FIGURA 07:</b> SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO	<b>22</b>
<b>FIGURA 08:</b> SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	<b>22</b>
<b>FIGURA 09:</b> SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	<b>23</b>
<b>FIGURA 10:</b> INTEGRAÇÃO DE PESSOAS	<b>23</b>
<b>FOTO 01:</b> REITORIA POR DENTRO	<b>30</b>
<b>FOTO 02:</b> ESCADA DO BLOCO DE SALAS DE AULAS DO CCSA/UFPB	<b>32</b>
<b>QUADRO 01:</b> TIPOS DE DEFICIÊNCIAS E CATEGORIAS	<b>14</b>
<b>QUADRO 02:</b> TIPOS DE DEFICIÊNCIAS E ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE	<b>19</b>
<b>QUADRO 03:</b> PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	<b>28</b>
<b>QUADRO 04:</b> TIPOS DE ACESSO NOS AMBIENTES FÍSICOS DA UFPB	<b>29</b>
<b>QUADRO 05:</b> ACESSO AOS SERVIÇOS DE APOIO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA PARA INCLUSÃO NA UFPB	<b>33</b>
<b>QUADRO 06:</b> ACESSO ÀS ATIVIDADES/PROJETOS NA UFPB	<b>35</b>
<b>QUADRO 07:</b> ACESSO AO ATENDIMENTO DE SUAS NECESSIDADES A PARTIR DA ENTRADA NO CURSO DA UFPB	<b>36</b>
<b>QUADRO 08:</b> AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA UFPB	<b>37</b>
<b>QUADRO 09:</b> SUGESTÕES PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA UFPB	<b>39</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
CF - Constituição Federal  
CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade  
CONSUNI - Conselho Universitário  
GT- Grupo de trabalho  
IBC - Instituto Benjamin Constant  
ICIDH - Of Classification Relating To The Consequences Of Disease  
IES - Instituto de Ensino Superior  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
LACESSE - Laboratório de Acessibilidade da UFPB  
LAVITA - Laboratório de Tecnologia Assistiva  
MEC - Ministério da Educação  
NEDESP - Núcleo de Educação Especial  
ONU - Organização das Nações Unidas  
SIA - Símbolo internacional de Acesso  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA: ALGUNS RECORTES JURÍDICO-LEGAIS .....	13
3 BREVES NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	15
4 ACESSIBILIDADE FÍSICA: MECANISMO DE INCLUSÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	19
5 PROGRAMA INCLUIR NA EXPERIÊNCIA DA UFPB .....	24
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	26
7 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR .....	28
7.1 Acesso de alunos com deficiência no ensino superior no Brasil e na Paraíba .....	28
7.2 Acessibilidade física a partir da ótica de alunos com deficiência na UFPB.....	29
7.3 Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência na UFPB do Programa Incluir.....	33
7.4 Acesso às Atividades/Projetos na UFPB.....	35
7.5 Acesso a Atendimentos de Necessidades dos Alunos com Deficiência na UFPB.....	36
7.6 Avaliação das condições de acessibilidade da UFPB .....	37
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
REFERÊNCIAS .....	44
APÊNDICE A .....	46
APÊNDICE B .....	47
ANEXO A.....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A educação formal cresce a cada dia, e junto a ela, os desafios para uma educação de qualidade e de inclusão para todos. A Constituição Federal de 1998, em seu art.3º inciso IV, estabelece promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Define ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. No artigo 208, inciso III, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1998)

Uma educação de qualidade para todos, entende-se, dentre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola/universidade no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir.

Segundo Carvalho (2006), para incluir um aluno com características diferenciadas numa sala de aula dita comum, há necessidade de criar mecanismos que possibilitem uma integração social, educacional e emocional com seus colegas e professores e com os objetos de conhecimento e da cultura.

Em se tratando de Ensino Superior, o Ministério da Educação trabalha pela sua ampliação e democratização do acesso. Este último, visa a reverter o quadro segundo o qual estudar em uma universidade é uma opção reservada às elites. A educação superior deve ser considerada como um bem público, destinada a todos, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade na sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (SESU, 2014), inclusive às pessoas com deficiência.

A legislação atual vem dando suporte às iniciativas que visam à inclusão, contribuindo com quebra de barreiras e garantindo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência. Porém, de um modo geral, as pessoas com deficiência ainda enfrentam diversas barreiras para se inserir e ter acesso aos serviços públicos. Quando se fala no caso do ensino superior, a situação não é contrária, são enfrentadas dificuldades de acessibilidade, de inserção, de reconhecimento, enfim, há uma gama de direitos que são negados à pessoa com deficiência.

A partir do quadro de acessibilidade física/arquitetônica de amplos setores públicos que ainda não estão em condições de oferecer uma inclusão neste aspecto, observando a

Universidade Federal da Paraíba na qual convivemos diariamente, percebendo as dificuldades existentes para o público em geral e principalmente para os alunos com deficiência. Em particular, fomos incentivadas a questionar por meio desta pesquisa sobre a política de acessibilidade existente na Universidade como parte da gestão pública deste órgão governamental, e por ser de natureza educativa, cabe ainda mais, instituir e cumprir a legislação em vigor sobre a acessibilidade como mecanismo de inclusão social e escolar dos seus públicos, em especial, dos alunos com deficiência.

Diante disso, este estudo objetivou estudar a questão da acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior a partir de uma realidade institucional pública, neste caso, a experiência da pesquisa se deu na Universidade Federal da Paraíba no campus I que fica localizado no município de João Pessoa da Paraíba. Os objetivos específicos se voltaram para compreender como o Comitê de Inclusão e Acessibilidade-CIA do Programa Incluir da Universidade Federal da Paraíba-UFPB e os alunos com deficiência pensam/refletem a questão da acessibilidade física como mecanismo de inclusão educacional no ensino superior.

A partir deste recorte foram perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar acessibilidade física na UFPB a partir de imagens e da ótica de alunos com deficiência;
- b) Identificar quais os serviços de apoio dirigidos aos alunos com deficiência na UFPB que facilitam a acessibilidade;
- c) Verificar se os impedimentos da acessibilidade física prejudica ou não o acesso dos alunos com deficiência às atividades/projetos na UFPB;
- d) Verificar se houve ou não o acesso ao atendimento de suas necessidades enquanto alunos com deficiência na UFPB;
- e) Analisar as avaliações e sugestões que os alunos com deficiência detêm em relação às condições de acessibilidade da UFPB.

A pesquisa teve por base uma abordagem qualitativa, tendo em vista, a temática e os objetivos deste estudo. A tentativa deste estudo foi de procurar dar as vozes dos sujeitos da pesquisa o seu valor, tendo em vista, que são eles que observam, sentem e vivem o problema da acessibilidade de forma mais profunda no âmbito institucional da Universidade Federal da Paraíba. Ressaltando, que a UFPB vem paulatinamente procurando se adequar a essa demanda da acessibilidade em sua estrutura arquitetônica e pedagógica junto aos alunos e ao público em geral. Desse modo, este estudo visa pontuar a necessidade desta demanda, como uma importante área da gestão pública em que todo gestor deveria se preocupar, em organizar a estrutura de seus equipamentos físicos, adequando-se aos padrões exigidos por lei,

atendendo a questão da qualidade e da inclusão aos seus públicos, sejam eles, formados por pessoas com ou sem deficiências. O presente texto apresenta 08 tópicos/capítulos para oferecer ao leitor uma visão mais didática da exposição textual.

## **2 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA: ALGUNS RECORTES JURÍDICO-LEGAIS**

Por algum tempo evitou-se o uso do termo “deficiente” para se referir à pessoa que tinha algum tipo de deficiência, buscou-se alternativas como o termo “pessoa portadora de necessidades especiais”, “pessoa portadora de deficiência”, hoje, é utilizado o termo “pessoa com deficiência”, mas nem por isso, evitou-se as dificuldades enfrentadas na realidade social.

Essa discussão sobre as terminologias sobre deficiência é multiforme. No Reino Unido, em 1960, por exemplo, surgiu um modelo social da deficiência como reação às abordagens biomédicas, o qual tem como base que “a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, transferindo a responsabilidade pelas desvantagens dos deficientes das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade de prever e ajustar-se à diversidade.” (OLIVER, 1990, apud MEDEIROS E DINIZ, p. 8).

Já na década de 1970, a discussão sobre a deficiência se ampliou, tornando-se de acordo com a International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease – ICIDH<sup>1</sup> (1976) entendia na época que deficiência seria a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

No contexto brasileiro, a discussão retardou um pouco mais para acontecer, só a partir da década de 1990, os movimentos em prol dos direitos da pessoa com deficiência começaram a se tornar mais empoderados, influenciando para que o Estado assumisse a construção de novas regulamentações que se voltassem para a questão da deficiência e da inclusão das pessoas com deficiência. O Decreto nº 3.298/99 em seu Artigo III considera que a deficiência é – “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou

---

<sup>1</sup> Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças.

anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

De acordo com o mesmo Decreto supracitado era considerado uma pessoa com deficiência quando a sua limitação se enquadrasse nas seguintes categorias:

**Quadro 1: Tipos de deficiências e categorias**

<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>	<b>CATEGORIA</b>
<b>I - Deficiência física</b>	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
<b>II - Deficiência</b>	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
<b>III - Deficiência visual</b>	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
<b>IV - Deficiência mental</b>	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização da comunidade; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;
<b>V - Deficiência múltipla</b>	Associação de duas ou mais deficiências.

Fonte: (BRASIL, Decreto nº 3.298/99, Artigo 4)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) em seu Artigo II, estabelece que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Podemos perceber que há uma mudança significativa no conceito sobre deficiência, passando de uma definição baseada em critérios funcionais para uma definição de critérios com uma interação social.

Diniz (2009), afirma que a deficiência não se resume ao catálogo de doenças e lesões de uma perícia biomédica do corpo, é um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos. Deficiência não é apenas o que o olhar médico descreve, mas principalmente a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais.

Com isso, percebe-se que enquanto o modelo médico identificava a pessoa deficiente como alguém com algum tipo de inadequação para a sociedade. O modelo social identifica a deficiência na inadequação da sociedade para incluir todos, sem exceção.

Diante do exposto, entende-se que a pessoa com deficiência é aquela que possui uma restrição física, que compromete a locomoção, movimentos coordenados, a fala, a audição ou a visão, podendo ser esta deficiência de natureza permanente ou temporária, que limita a capacidade de exercer atividades comuns essenciais da vida diária.

### **3 BREVES NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Analisando o contexto histórico da educação no Brasil, é possível pontuar que nem sempre ela esteve preocupada com a questão da pessoa com deficiência. As crianças e adultos com deficiência no contexto brasileiro viveram por muitos anos sem o acesso à educação formal, sendo excluídos por parte das instituições públicas de ensino.

A partir dos meados do século XX, a discussão da inclusão de crianças e adultos com deficiência na educação formal começa a movimentar as preocupações de organizações sociais, de Estados e da sociedade civil em torno de criar as condições para incluir essas pessoas no processo formal de educação, tendo em vista, que até então, era comum a ideia de separar essas pessoas das instituições comuns, isso perpassa as instituições Escola e Universidade.

Antes disso, nos séculos XVII e XVIII a história da deficiência foi marcada pela rejeição da família, da escola e da sociedade em geral, para com a pessoa com deficiência, de forma a excluí-las da sociedade, de um modo extremamente preconceituoso. No decorrer da história, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo para uma maior aceitação “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p 25)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em



1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

A tendência para inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino já anunciada desde o final dos anos 1970, tomou vulto na década de 1980 com as discussões sobre os direitos sociais, que precederam a Constituinte de 1988, as quais enfatizavam reivindicações populares e demandas de grupos ou categorias até então excluídos dos espaços sociais. Neste movimento, a luta pela ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas com deficiência culminou, no início dos anos 1990, com a proposta de Educação Inclusiva, hoje amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal. (FERREIRA; GLAT, 2003)

A Educação Inclusiva se constituiu do anterior conceito de Educação Especial, este termo era comumente usado na década 1980/1990, pois se constituía originalmente a partir de um modelo médico/clínico. Embora esta abordagem seja hoje bastante criticada, é preciso resgatar que os médicos foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados na população dos hospitais psiquiátricos, sem distinção de patologia ou de idade, principalmente no caso da deficiência mental. Sob esse enfoque o olhar médico tinha precedência: a deficiência era entendida como uma doença crônica e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional, era considerado pelo viés terapêutico. A avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes projetivos e de inteligência, e rígida classificação etiológica. (GLAT e FERNANDES, 2005)

A Educação Inclusiva só começou a se distinguir da Educação Especial partir da década de 1990, após a Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, patrocinada pelo Governo Espanhol e pela UNESCO<sup>2</sup>, na qual foi proclamada a Declaração de Salamanca em 1994, que tinha como definição os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Desde então, a educação especial aos poucos foi ocupando um espaço

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações.

significativo no que se refere à educação inclusiva em todas as modalidades de ensino (básico e superior).

A Declaração de Salamanca (1994, p. 01) estabelece que:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; e
- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Os principais documentos internacionais que nortearam o processo de inclusão no Brasil, além da Declaração de Salamanca, também foram:

A Convenção da Guatemala (1999) promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Convenção da ONU (2006) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi incorporada à legislação brasileira em 2008. Após uma atuação de liderança em seu processo de elaboração, o Brasil decidiu, soberanamente, ratificá-la com equivalência de emenda constitucional, nos termos previstos no Artigo 5º, § 3º da Constituição brasileira, e, quando o fez, reconheceu um instrumento que gera maior respeito aos Direitos Humanos.

O Brasil, acompanhando o movimento mundial pela inclusão, criou varias leis e decretos visando assegurar a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas.

A educação inclusiva se ancora na Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que assegura a todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que assegura aos alunos com necessidades especiais o direito a currículo, métodos, recursos educativos e de organização específicos para atender as suas necessidades. Posteriormente, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação, que estabelece objetivos e

metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, enquanto que a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, definiu que as universidades devem prever em sua organização curricular a formação de professores voltada à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda em termos de educação inclusiva, tem-se o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007.

Para Sasaki (1997, p. 41) inclusão pode ser considerada:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Em se tratando da inclusão no ensino superior, destaca-se a Portaria nº 3.284/03, que estabelece que sejam incluídos, nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização, reconhecimento e de credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência, tomando como referência a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Foi a partir desta determinação legal, que muitas universidades deram início à criação de diversas ações que garantissem a acessibilidade em sua estrutura arquitetônica. A universidade possui um papel social fundamental, ela não deve ser indiferente à diferença e, para isso, precisa buscar um processo educacional mais justo e democrático.

A inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior vem ocorrendo gradativamente. Isso decorre, dentre outros fatores, pela pequena parcela da população ter acesso à educação básica e aos serviços de reabilitação, o que indica sua exclusão dos direitos sociais básicos. Associado a isso é possível afirmar que as restrições de acesso e progressão dessas pessoas na educação superior estão relacionadas às condições socioeconômicas e à própria história da exclusão, peculiar à educação superior no país, com forte tendência à privatização, ao elitismo, como também ao mito de incapacidade creditado à pessoa com deficiência. (MIRANDA, 2009, p.120)

A inclusão exige condições pedagógicas, físicas a serem efetivadas na realidade escolar/universidade. O quadro abaixo apresenta os tipos de deficiência e as formas de adaptações para cada tipo, exigindo que as instituições se adaptem às necessidades pedagógicas também para inserir os alunos com deficiência na rede formal de ensino.

## Quadro 02- Tipos de Deficiência e Adaptações de Acessibilidade

TIPOS DE DEFICIÊNCIA	ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA
Deficiência físico-motora	-Materiais de Tecnologia Assistiva para comunicação, para atividades de vida diária (alimentação, vestuário, cuidados pessoais, entre outros) educação e trabalho; -Órteses, próteses e aparelhos de locomoção (cadeira de roda, muletas, andadores, dentre outros).
Deficiência visual total e parcial	-Bengala, cão guia -Material para leitura e escrita: Reglete e o pulsão, assinador, braile, programas de voz, materiais com letras ampliadas e contraste.
Deficiência auditiva	- Uso de Libras, implante coclear, telefones para deficientes auditivos (com amplificadores sinalizadores e com legenda), aplicativos para dispositivo móvel (Android, IOS).
Deficiência intelectual	- Adaptações de matérias didáticos, apoio extraclasse, acompanhamento de equipe multidisciplinar.

**Fonte: Coleta de dados. Folder da UFPB/2016.**

Considerando os pressupostos legais e conceituais da educação inclusiva, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais de sua realidade local e global, a fim de promover a inclusão plena, estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas; prática a transversalidade da educação especial, além de reconhecer a necessidade de mudança cultural e investir no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica, e promover a acessibilidade, em seu sentido pleno.

### 4 ACESSIBILIDADE FÍSICA: MECANISMO DE INCLUSÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O termo acessibilidade originou-se na década de 1940, para designar a condição de acesso das pessoas com incapacidades funcionais atreladas ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. Atualmente, o termo tem sido utilizado como uma forma de garantir que as pessoas tenham acesso a todas as áreas, espaços do seu convívio.

De acordo com a lei Nº 10.098/00 a acessibilidade é:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados

de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, que regulamenta a lei citada anteriormente, no seu artigo 24, estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

Segundo a Convenção da ONU sobre pessoas com deficiência (ratificada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008) em seu Art. 9, estabelece que garantir a acessibilidade é: “assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação”.

Um ambiente com acessibilidade atende, diferentemente, uma variedade de necessidades dos usuários, tornando possível uma maior autonomia e independência. Para alcançar essa acessibilidade, devem ser considerados alguns elementos importantes, como a provisão de alternativas para uso pleno do ambiente construído, a adequação e adaptabilidade da estrutura, das instalações e dos maciços e o estímulo à percepção intuitiva das funções ambientais (GUIMARÃES apud PRADO, 2003).

O direito à acessibilidade é regulamentado, no Brasil, pela Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR, 2015). É um direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade. Fundamenta-se nos direitos humanos e de cidadania, a começar pela Constituição Federal de 1988, que garante o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana. O Artigo 5º discorre que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Constituição Federal, 2013).

A legislação federal destinada a atender as pessoas deficientes apresenta grande extensão, com especial atenção para três leis fundamentais: a Lei n.º 7.853/89, a Lei n.º 7.405/85 e o Decreto n.º 3.298/99. A primeira Lei transfere aos Estados e Municípios a responsabilidade pela adoção de medidas que eliminem as barreiras de acesso para as pessoas com deficiência a edificações, espaços urbanos e meios de transporte. Abaixo observa-se algumas figuras com exemplos de ambientes acessíveis segundo a Norma da ABNT/2015.

**Figura 1:** Rampas para rebaixamento de calçadas

Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Toledo

**Figura 2:** Calçada acessível

Fonte: Site Fernanda Zago

**Figura 3:** Rampas elevatórias

Fonte: Blog Os cadeirantes

**Figura 4:** Rampas de acesso

Fonte: Blog projemak

**Figura 5:** Vaga para estacionamento de veículo

Fonte: Site Portal Auto

**Figura 6:** Sanitário acessível

Fonte: Blog Ateliê de idéias

Já pela Lei nº 7.405/85, torna-se obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso – SIA, em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, além de dar outras providências.

A indicação de acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em um pictograma branco sobre

fundo azul. Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), e deve estar sempre voltado para o lado direito. Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a estes símbolos. Este símbolo é destinado a sinalizar os locais acessíveis.

**Figura 7: SIMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO**



**a) Branco sobre fundo azul**



**b) Branco sobre fundo preto**



**c) Preto sobre fundo branco**

Fonte: ABNT/NBR, 2015

**Figura 8: SIMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**



**a) Branco sobre fundo azul**



**b) Branco sobre fundo preto**



**c) Preto sobre fundo branco**

Fonte: ABNT/NBR, 2015

**Figura 9:** SIMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA



**a) Branco sobre fundo azul**



**b) Branco sobre fundo preto**



**c) Preto sobre fundo branco**

Fonte: ABNT/NBR, 2015

Finalmente, o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei n.º 7.853/89, dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência e consolida as normas de proteção.

**Figura 10:** Integração de pessoas



Fonte: Site Diário da Inclusão Social

Diante do exposto, pode-se entender que o direito à acessibilidade está relacionado ao direito fundamental de ir e vir não só das pessoas com deficiência, mas também de crianças, gestantes, obesos, pessoas com mobilidade reduzida temporária e os idosos. Porém a acessibilidade não se refere apenas à eliminação das barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de transporte. Trata igualmente da eliminação de barreiras nas comunicações e informações, versando sobre a necessidade de remoção dos entraves à expressão e ao recebimento e compreensão de mensagens e informações.



## 5 PROGRAMA INCLUIR NA EXPERIÊNCIA DA UFPB

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, criado em 2005 e instituído no âmbito nacional por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação - PED/2007, é implementado em parceria com a Secretaria de Educação Superior, apoia a criação e reestruturação de Núcleos de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), responsáveis por ações institucionais para eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais. Os núcleos devem garantir o acesso de estudantes, professores e servidores com deficiência a todos os espaços, ações e processos, buscando seu pleno desenvolvimento acadêmico. As IFES devem elaborar e executar os projetos de acordo com as orientações do Ministério da Educação (MEC).

Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. São recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), existe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) que é responsável pelo funcionamento do Programa Incluir, buscando garantir o acesso das pessoas com deficiência na UFPB. O CIA é uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. Foi criado oficialmente no dia 26 de novembro de 2013 através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI) e presta assistência aos estudantes e servidores com deficiência ou limitações da UFPB. Conta com as seguintes representações:

- I- Representante da Pró Reitoria de Graduação (PRG);
- II-Representante da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC);
- III-Representante da Pró Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE);
- IV-Representante dos discentes da UFPB;
- V-Representante dos servidores técnico-administrativos da UFPB;
- VI-Representante dos docentes da UFPB;
- VII-Representante da comunidade universitária com deficiência visual;
- VIII-Representante da comunidade universitária com deficiência auditiva;
- IX-Representante da comunidade universitária com deficiência físico-motora;
- X-Representante da comunidade universitária com deficiência intelectual;

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, constituído por representantes das Pró-Reitorias, Centros de Ensino, Comunidade Universitária e entidades representativas dos servidores da UFPB, e tem como finalidade consubstanciar a participação da comunidade universitária na construção e efetivação da Programa Incluir da UFPB, conforme prevê a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (1996); a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008); o Decreto nº 7.611 (2011) sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado – AEE; o Decreto 7.612 (2011) que institui o Plano Viver sem limites; além do Decreto nº 5.296 de 2004.

O CIA, para desenvolvimento de suas atividades e projetos conta com os Grupos de Trabalho (GT) – por ele criados e a ele submetidos – e que atuam diretamente vinculados às áreas específicas de efetivação de suas políticas de inclusão e acessibilidade, sendo assim definidos:

- GT de Acessibilidade Pedagógica
- GT de Acessibilidade Atitudinal
- GT de Acessibilidade Comunicacional
- GT de Acessibilidade Arquitetônica

O Comitê ainda conta com parcerias de vários laboratórios e setores, os quais desenvolvem atividades conjuntas com o Comitê a fim de garantir melhorias para a comunidade acadêmica que possui algum tipo de deficiência. São eles:

- LACESSE (Laboratório de Acessibilidade da UFPB),
- LAVITA (Laboratório de Tecnologia Assistiva),
- Clínica Escola de Terapia Ocupacional
- Núcleo de Educação Especial (NEDESP)
- Setor braile da biblioteca central da UFPB,
- Projeto Empoderar

Como podemos ver, no CIA existem 4 grupos, e um deles é o de trabalho de acessibilidade arquitetônica. Esse grupo é composto por um arquiteto da prefeitura universitária, por um professor de Rio Tinto e por alguns estagiários.

De acordo com o Artigo 10 do regimento interno do Conselho Universitário, a Resolução 09/2016, compete a ele as seguintes atribuições:

- I - Realizar periodicamente coleta e análise de dados referentes à estrutura de cada campus, a fim de se entender as condições de inclusão e acessibilidade da UFPB;
- II - Colaborar para a difusão dos conceitos de inclusão e acessibilidade na UFPB no sentido de atender a legislação vigente e a premissa de uma universidade mais inclusiva;
- III - Assessorar o CIA, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade Arquitetônica na UFPB;
- IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB

Diante disso, é possível notar que o CIA atende em parte às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, posto que, na educação superior, a característica da educação inclusiva se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (MEC/SECADI, 2008).

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente monografia apresenta uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo quanto aos objetivos de estudo, segundo a classificação da tipologia definida por Gil (2010). A pesquisa em particular foi desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão ainda preliminar acerca do objeto estudado e tem como finalidade principal, o aprimoramento de ideias para favorecer novos estudos. Quanto à tipologia relacionada aos meios ou delineamentos da pesquisa, foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica e de campo, junto à Coordenação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade e a um público de 04 alunos com deficiência que estudam na UFPB.

Quanto à natureza do estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa, baseando-se na perspectiva de Triviños (1987), procurando efetivar uma análise de conteúdo por meio da aplicação de entrevistas junto aos participantes da pesquisa. O trabalho de tratamento de dados foi de cotejar as informações a partir do processo de categorização que representassem os conteúdos de cada questão que os participantes da pesquisa nos cederam sobre o objeto do estudo. Buscando relacionar as respostas dos entrevistados aos elementos da política de acessibilidade junto à gestão da UFPB/CIA. Desse modo, este tipo de pesquisa não teve uma preocupação com o tamanho da amostra, pois nela não cabe as inferências quantitativas. O acesso aos estudantes que participaram da pesquisa foi voluntário à pesquisa, sendo explicado o teor da pesquisa e das perguntas presentes na pesquisa e se eles se sentiam a vontade para responder as questões formuladas. Foi assegurando o sigilo de seus nomes reais, apenas apresentando variáveis simples para caracterizá-los ao leitor. Nenhuma questão exposta prejudica ou prejudicaria os participantes da pesquisa, estes são maiores de idade, cumpre com as funções plenas de suas faculdades mentais, bem como, os objetivos da pesquisa e as

perguntas se direcionaram para o exercício livre do qualquer cidadão em expor suas percepções sobre o funcionamento de políticas públicas.

Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando os seus significados, tendo como base nisso, buscamos a compreensão do problema de estudo a partir da percepção do fenômeno dentro do seu contexto por parte dos participantes da pesquisa. Por isso, que realizamos a categorização baseado na técnica de análise de conteúdos e utilizamos as falas expressas como registros dessas categorizações realizadas pelo pesquisador. Utilizamos também imagens/figuras que ilustram as questões postas sobre as dificuldades de acessibilidade arquitetônica junto aos equipamentos físicos da UFPB. Nesse sentido, quando escrevemos equipamentos físicos estamos nos referindo aos prédios, salas, estacionamentos, escadas, banheiros, enfim, toda parte do ambiente físico construído, modificado pelo homem.

Desta forma, a pesquisa, neste caso, não exigiu o uso de técnicas estatísticas, teve como preocupação levantar e descrever alguns aspectos sobre o objeto de estudo sem ter a pretensão de generalizar os achados da pesquisa, mas buscando os processos e/os significados como focos principais desta abordagem de pesquisa.

Como técnicas de coleta de dados foram realizadas entrevistas, que segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto e análise de documentos, bibliografias pertinentes ao tema. As entrevistas (Apêndices A e B) foram do tipo estruturadas para que os participantes se sentissem seguros que não haveria nenhum tipo de questionamento no processo de aplicação da entrevista, fora o exposto no roteiro. As entrevistas foram aplicadas a 01 representante da coordenação do CIA (Entrevista A) com o objetivo de conhecer o Programa Incluir e as funções do CIA e junto a 04 estudantes de cursos diferentes do Campus I da UFPB, pois são eles que mais vivenciam no cotidiano as dificuldades objetivas da questão da acessibilidade física na UFPB.

No decorrer do texto os nomes dos alunos entrevistados foram substituídos por codinomes, no qual foram utilizados a identificação de *Case 1, 2, 3 e 4* associando-os a um termo que representasse o teor da descrição individual de cada um em relação a todas as questões que eles responderam e que ao mesmo tempo, refletissem as categorias necessárias para o “fazer acontecer”, da acessibilidade física da UFPB como um requisito de inclusão para as pessoas com deficiências e para o público em geral.

Segue o Quadro 2 com o perfil sintético dos alunos que participaram da pesquisa e que contribuíram para este estudo:

**Quadro 03 – Perfil dos Participantes da pesquisa**

Cases	Codínome dos participantes da pesquisa	Idade	Sexo	Curso	Tipo de Deficiência
Case 1	Respeito	22 anos	F	Biotecnologia	Física
Case 2	Inclusão	23 anos	F	Engenharia Química	Física
Case 3	Direito	22 anos	M	Letras	Física
Case 4	Democracia	25 anos	M	Gestão Pública	Física

**Fonte: Coleta de dados. UFPB/2017.**

A participação dos alunos e do representante do CIA foram fundamentais para que pudéssemos ampliar a visão sobre a acessibilidade, e que os resultados da pesquisa possam colaborar para que a equipe da gestão da UFPB escute, perceba e realize as mudanças necessárias para que a Universidade cumpra com o seu papel social e educacional com maior integridade junto aos seus diversos públicos que convivem neste espaço institucional cotidianamente.

## **7 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA UFPB: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

### **7.1 Acesso de alunos com deficiência no ensino superior no Brasil e na Paraíba**

A partir da coleta de dados documentais foi identificado alguns elementos relevantes quanto ao processo de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior em relação aos níveis nacional e estadual de matrículas efetuadas em 2014 em ensino presencial e a distância.

Os dados mais recentes disponibilizados do Censo do Ensino Superior do INEP em 2014, revelou um total de matrícula de 33.377 alunos com deficiência, dos quais, 13.723 estão inseridos nas Instituições de Ensino Superior-IES públicas, atingindo 41,0% e 19.654 nas IES privadas, 59,0%. Ressalta-se que dentro do número de alunos matriculados, apresentam-se diversos tipos de deficiência, tais como: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, deficiência física, surdocegueira, deficiência múltipla, deficiência intelectual, autismo infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Superdotação. Observa-se que os tipos de deficiência: baixa visão; deficiência física e superdotação são os que mais têm alunos matriculados no âmbito nacional, dentre esses três tipos, o deficiente físico ocupa o maior número de matrícula com 10.311 efetuadas em 2014 em relação ao total no país (DADOS EM ANEXO A).

Em relação aos dados da Paraíba, segundo o Censo do Ensino Superior do INEP (2014), apresentaram-se da seguinte forma, diferente da realidade nacional em relação à quantidade de matrículas nas IES. Teve um total de matrícula de 2.126 no estado da Paraíba, dentre essas matrículas, se concentraram no âmbito público, 1.794 e apenas 332 no setor privado. Ou seja, 84,3% das matrículas ficaram no setor público (nos níveis federal e estadual) e 15,7% no setor privado, isso é uma realidade diferente da esfera nacional em que a concentração de matrículas estão no setor privado, tanto de alunos com ou sem deficiência. Na Paraíba, os papéis das IES públicas de ensino superior desempenham uma função de relevo para inclusão desses alunos com deficiência, principalmente as IES federais, nos casos da Universidade Federal da Paraíba-UFPB e do Instituto Federal da Paraíba-IFPB, que ficaram com maior percentual de matrículas, totalizando 1.385 em 2014, correspondendo a 77,2% e o nível estadual público com 22,8% (ANEXO A).

Desse modo, acrescenta-se a relevância em particular da UFPB, o que recai para si a responsabilidade de criar mecanismos de inclusão para todos os alunos, em especial, para os que apresentam deficiências, no sentido, deste estudo, de criar às condições de acessibilidade.

## 7.2 Acessibilidade física a partir da ótica de alunos com deficiência na UFPB

Neste subcapítulo iremos discutir alguns aspectos registrados na coleta de dados junto a estudantes com deficiência que estudam na UFPB. Foram entrevistados quatro estudantes que possuem deficiência ou limitação física, 02 são do sexo feminino e 02 do sexo masculino, com uma média de idade de 23 anos. Dentre eles, 03 utilizam cadeiras de rodas e 01 utiliza acessórios (muletas) a locomoção física no campus I.

Em relação ao acesso aos ambientes físicos da UFPB, tais como: Biblioteca, laboratórios, cantina, etc. Eles apresentaram as seguintes afirmações, conforme se vê no quadro categorial abaixo:

**Quadro 04 - Tipos de acesso nos ambientes físicos da UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Acesso parcial				
Acesso complicado				
Acesso com muita dificuldade				
Sem acesso				

**Fonte: Coleta de dados. UFPB/2017.**

A descrição das respostas dos colaboradores desta pesquisa revelou que há uma dificuldade real de acesso aos equipamentos físicos da UFPB, mesmo com as novas construções e toda legislação vigente, o Programa Incluir não conseguiu ainda implantar uma proposta de reforma ambiental na estrutura física da universidade. O *Case 1* que decodificamos com o nome de Respeito expressa bem a parcialidade do acesso físico e ambiental dos espaços coletivos:

*O acesso até a biblioteca é complicado. As calçadas têm buracos, o que dificulta a passagem com segurança. Nunca consigo ir sozinha. Algumas cantinas são acessíveis. Outras, como no CA (central de aulas) tem degraus e também preciso estar acompanhada para comprar lanches lá. Os laboratórios seguem o mesmo padrão. Alguns são acessíveis e outros não, precisando que alguém me carregue escada acima para eu poder acompanhar as atividades (ENTREVISTA, 2017, P.01).*

Essa descrição fica clara quanto ao acesso parcial aos equipamentos físicos, pois alguns são acessíveis e outros não. Um ponto a destacar, se refere aos equipamentos físicos que este aluno apontou, se referem tanto aos equipamentos físicos institucionais, como aqueles comerciais (privados) que atuam no espaço territorial do Campus I de João Pessoa. Isso torna-se mais uma demanda para o Comitê de Inclusão da Universidade para que possa também apreciar a questão da acessibilidade destes equipamentos físicos privados que não estão em conformidade com a Lei e o Programa Incluir da UFPB.

As dificuldades de acessibilidade aos equipamentos físicos são tão precários em amplos setores da UFPB, a começar pelo próprio Prédio da Reitoria que conta de um lado com uma rampa, mas que termina neste ponto o acesso facilitado, pois logo que se entra no hall do prédio fica praticamente impossível o deficiente do tipo cadeirante subir os três pisos do prédio por escadas, que por sinal, são de péssimo padrão de engenharia até mesmo para quem tem a facilidade de locomoção. Isso sem destacar, os servidores de mais idade que trabalham nos departamentos da Reitoria e/ou os pensionistas que precisam se dirigir para o setor de atendimento ao público da PROGEP.

**Foto 01:** Reitoria por dentro



**Fonte:** Coleta direta de imagem. Maio/2017.

Uns dos aspectos mais preocupantes nas descrições dos alunos se referem aos impedimentos que enfrentam para assistir aulas, prejudicando o aspecto de aprendizagem desses alunos, como a cita o *Case 2* (Inclusão):

*Meu curso tem muitas disciplinas de laboratório, a falta de acessibilidade impede que frequente as aulas, além de várias áreas da universidade que possuem rampas quebradas ou má feitas, como por exemplo na praça do CT tem uma rampa muito íngreme e um degrau no topo desta. (ENTREVISTA, 2017, P.01).*

Como se observa nesta descrição que o problema de acessibilidade afeta a principal função da Universidade, o ensino. Contribuindo para que no cotidiano os alunos, servidores e o público em geral que necessitam frequentar determinados espaços e equipamentos físicos, na situação aqui exposta, dos laboratórios, os alunos com deficiência se sintam excluídos das aulas laboratoriais, confirmando, o acesso de forma de forma complicada ou com muita dificuldade. O *case 2* se referia à realidade dos laboratórios do seu curso, mas que se visualiza em outros cursos/centros da UFPB.

Outro problema enfrentado no que se refere à acessibilidade, diz respeito ao direito de ter liberdade de ir e vir. Neste aspecto, o *Case 3* (denominado de Direito), disse: “*Consigo acessar os ambientes, porém com bastante dificuldade, muitas vezes preciso da ajuda dos colegas para acompanhar as atividades*” (ENTREVISTA, 2017, P.01). Ou seja, o aluno precisa recorrentemente de ajuda de terceiros para exercer atividades que sozinho resolveria. Isso pode até possibilitar a amizade dos jovens com deficiências com outras pessoas, mas por outro lado, a situação o coloca como se fosse um empecilho, quando na verdade, o obstáculo é exógeno a ele. Ferindo assim, o direito básico de todo cidadão, conforme a Constituição Federal deste país que confere a todos o direito de liberdade física de ir e vir. O direito de ir e vir é assegurado na Carta Magna (artigo 5º, XV) e também é atribuído a todo cidadão pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU, assinada em 1948. Desse modo, o acesso se dar com muita dificuldade no cotidiano.

Já o *Case 4* (Democracia), considera que muitas vezes prefere não se expor diante da realidade que muitos dos espaços e equipamentos da UFPB não têm acesso e alguns apresentam inúmeras dificuldades:

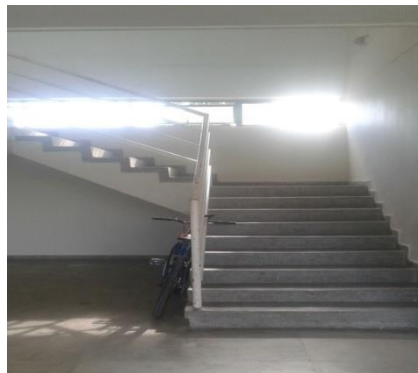
*Devido à rotina de trabalho intensa, costumo frequentar poucas vezes a biblioteca da instituição. Prefiro estudar ou fazer algum tipo de atividade acadêmica nos laboratórios da instituição ou mesmo em minha casa. Porém, apesar de não frequentar assiduamente todos os ambientes disponíveis, percebo as barreiras que dificultam a vida das pessoas com deficiência. São calçadas desniveladas, ausência de rampas de acesso, banheiros sem acessibilidade, etc. Eu, por exemplo, já tive dificuldades em subir em sala de aula, devido aos “novos blocos” de salas do CCSA não obterem elevadores acessíveis. A única forma subir era através de escadas. Ou seja, apesar de ser considerado um “novo ambiente” com salas mais estruturadas,*



*não se pensou no acesso de pessoas com dificuldade de locomoção ou deficiência. Total falta de respeito e planejamento (ENTREVISTA, 2017, P.01).*

Esse aluno aponta a sua dificuldade no seu cotidiano, mas principalmente pontua um aspecto bastante crítico quando se pensa que parte dos prédios que compõem a estrutura física do Campus I fora construída há mais de 50 anos, mas nem mesmo os prédios mais novos consideraram as leis vigentes de acessibilidade, nem tiveram a sensibilidade em atenção às pessoas com deficiência ou aquelas que poderiam ter alguma limitação física por tempo determinado que prejudicaria a sua locomoção de forma livre no futuro. Ou seja, não se faz um planejamento dos espaços existentes e nem das construções, negando a democratização dos espaços velhos e novos da UFPB. O centro que este aluno estuda apresenta de fato tal problema, como se vê na imagem do setor de aulas novo que foi criado recentemente no CCSA:

**Foto 02:** Escada do bloco de Salas de Aulas do CCSA/UFPB



**Fonte:** Coleta direta de imagem. Abril/2017.

Nesse sentido, também revela a fragilidade do Comitê de Inclusão do Programa Incluir da UFPB e das demais autoridades dos centros e da reitoria, pois não estão atentos as novas construções na Universidade. Isso também passa despercebido ou negligenciado pelas autoridades do município que aprova construções públicas fora dos padrões de acessibilidade e ferindo o direito constitucional. Segundo a Carta Magna de 1988, o Estado brasileiro passou a ter a obrigação de propiciar um contexto favorável para o desenvolvimento das potencialidades de cada habitante do País. Especificamente no que diz respeito ao direito à acessibilidade, por meio do Decreto nº 5.296/04, em seu artigo 10 dispõe que “a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto”.

Em entrevista (2017) com representante de Comitê de Inclusão e Acessibilidade-CIA da UFPB, a pessoa apontou que o principal problema está na fiscalização, pois muitas vezes mesmo o projeto sendo feito dentro da norma da ABNT, na maioria das vezes quando está na fase de execução, a acessibilidade é a primeira coisa que se corta, embora a empresa tenha ganhado para isso.

Essa versão do CIA reforça o aspecto de negligência e omissão por parte das autoridades internas e externas da UFPB, pois além de custear os recursos de obras que deveriam seguir os padrões técnicos, ainda se desperdiça recursos públicos quando não se reivindica que a execução siga o planejamento e o orçamento despendidos. Isso confere um ato de ineficiência no monitoramento e avaliação dos projetos e dos recursos públicos.

Diante desses fatos, o que podemos considerar que existem falhas de acesso, pois as barreiras não deveriam existir, principalmente quando se trata de uma instituição de ensino em que o lema da LDB é a democratização da educação para todos.

### 7.3 Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência na UFPB do Programa Incluir

A política nacional de assistência ao educando, se destina a todos os estudantes, e especial aos estudantes que apresentam alguma necessidade, seja ela de ordem socioeconômica e de deficiência (físico-motora, ocular, auditiva, etc...). Para viabilizar essa política cada Universidade deve criar seus programas internos em atenção às diretrizes e programas nacionais para incluir e gerar condições de equidade social entre todos os estudantes.

Nesse sentido, a UFPB criou o Programa Incluir que tem vários objetivos como já vimos nos capítulos anteriores deste texto. Em relação a isso, indagou-se aos estudantes se eles tinham ou recebiam algum tipo de serviço de apoio, visando atender os princípios de acesso e inclusão na Universidade, como mecanismos de democratização da educação. Os alunos apontaram que em relação alguns serviços, são contemplados pela UFPB, conforme se ver no quadro 4 categorial desta questão, as seguintes assertivas categóricas:

**Quadro 05 – Acesso aos Serviços de apoio aos estudantes com deficiência para inclusão na UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Tem acesso				
Não tem acesso				

Fonte: coleta de dados. UFPB/2017.

Em se tratando dos serviços de apoio aos estudantes com deficiência da UFPB, os entrevistados afirmam ter conhecimento sobre o Programa Incluir, porém nem todos eles utilizam os recursos ofertados pelo programa.

O *Case 1* denominado Respeito disse:

*Conheço o CIA, Comitê de Inclusão e Acessibilidade e sou vinculada a tal comitê. Sou contemplada com uma aluna apoiadora que me ajuda em todas as atividades da qual dependo de terceiros, como me locomover pela UFPB a longas distâncias, chegar até a sala de aula, etc. Utilizo também uma cadeira de rodas cedida pela UFPB, pela qual assinei um termo de compromisso, e tenho direito de usa-la em todo o campus a qualquer hora (ENTREVISTA, 2017, P.2).*

Já o *Case 2* Inclusão, assentiu que usa “*A cadeira de rodas que estou utilizando é da Universidade, consegui no Comitê de Inclusão e Acessibilidade*” (ENTREVISTA, 2017, P.2). E o *Case 3* Direito confirmou “*Conheço o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, e estou utilizando uma cadeira de rodas que foi cedida pela universidade*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

O *Case 4* Democracia, afirmou que “*Já ouvi falar na existência de um comitê de Inclusão e Acessibilidade vinculado a reitoria. Porém, nunca fui procurado, tampouco já ouvi falar em ações efetivas que vieram a melhorar a Inclusão e a Acessibilidade dos estudantes que têm dificuldade de locomoção ou alguma deficiência*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Percebe-se nas falas dos entrevistados que os serviços de dispensação de cadeiras de rodas e de apoio pedagógico por meio de um aluno apoiador, tendo a função de acompanhar o estudante com deficiência nas aulas para as quais for designado, o seu papel vai de acordo com a necessidade educativa do estudante com deficiência (apoiado), trata-se de um auxílio pedagógico e de locomoção dentro do campus, que faz parte do Projeto Aluno Apoiador do Programa Incluir.

Diante dessas assertivas fica claro que o CIA procura realizar algumas ações que se destinam a facilitar a inclusão dos alunos com deficiência a partir de equipamentos que facilitem a acessibilidade e a permanência acadêmica desses alunos. Isso é um aspecto positivo do Comitê em sua função de promover mecanismos de democratização e oportunidade para gerar equidade.

Quanto ao *Case 4*, ele considerou que não foi procurado pelo CIA, isso remete (talvez) ao próprio cadastro de matrícula do aluno que muitas vezes não confirmou ser uma pessoa com deficiência ou mesmo que apresente alguma limitação, impedindo do CIA em identificá-lo. Ou até mesmo a fragilidade do CIA em não desenvolver um atendimento junto à totalidade da população com deficiência que estudam ou trabalham na UFPB. Ressalta-se que essa questão não foi identificada no momento da entrevista, se o CIA acompanha todos os alunos

com deficiência, pois não foram plenamente respondidas todas as indagações por parte do representante do referido comitê.

#### 7.4 Acesso às Atividades/Projetos na UFPB

Um dos aspectos da acessibilidade como mecanismo de inclusão diz respeito às facilidades e oportunidades que devem ser dirigidas a todos os alunos de forma igual e/ou equitativa. Nesse aspecto, as falas expressas pelos estudantes com deficiência tiveram posicionamentos diferentes, como se vê no quadro 5:

**Quadro 06 – Acesso às Atividades/Projetos na UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Tem acesso				
Tem acesso com dificuldade				
Não tem acesso				

**Fonte: coleta de dados. UFPB/2017.**

O *Case 1 Respeito* assumiu que “*Sim, inclusive fui monitora de uma disciplina do meu curso por dois anos*” (ENTREVISTA, 2017, P.2). Na mesma posição, o *Case 4 Democracia*, confirmou “*Sim, Participo já há três semestres das gestões do Centro acadêmico do meu curso, por exemplo. Sempre tenho condições, dou a minha contribuição e participo de reuniões, palestras, planejamento, etc...*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Numa posição diferente foi a assertiva do *Case 3 Direito*, que confessou “*Sim, mas algumas delas com bastante dificuldade*” (ENTREVISTA, 2017, P.2) e na perspectiva mais negativa, o *Case 2 Inclusão*, afirmou “*Não consigo acompanhar todas as atividades, já faltei a palestras, monitoria, reunião de estudos, não consigo ir a coordenação do meu curso e a sala de professores pela falta de acessibilidade*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Essas assertivas revelam que o elemento da acessibilidade pode parecer sem muita relevância, mas no cotidiano ele se reflete como uma dificuldade real que a pessoa com deficiência enfrenta nos espaços organizacionais, influenciando negativamente na qualidade de vida e inclusão social dessas pessoas em todos os ambientes. Refletem também que muitas vezes as organizações não se estão e nem se tornam sensíveis para minimizar as problemáticas vividas pelo público que atendem. A situação do *Case 2* que denominamos de *Inclusão*, este nome foi escolhido como uma provocação para que o CIA/UFPB possa pensar,

refletir e agir para que o máximo de acessibilidade seja liberada para que todos possam conviver de forma democrática no espaço social e público desta instituição de ensino.

### 7.5 Acesso a Atendimentos de Necessidades dos Alunos com Deficiência na UFPB

Para a inclusão dos alunos com deficiência, há necessidade de que parte de suas limitações sejam atendidas para diminuir as dificuldades e aumentar as proposições de democratização da participação desses alunos no convívio geral na Universidade. Diante disso, foi indagado aos alunos se após entrada no curso, eles perceberam alguma mudança no atendimento às suas necessidades. Conforme, se observa no quadro 6, eles assumiram posicionamentos diferentes em relação à questão:

**Quadro 07 – Acesso ao atendimento de suas necessidades a partir da entrada no curso da UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Tem acesso				
Tem acesso com dificuldade				
Não tem acesso				

**Fonte:** coleta de dados. UFPB/2017.

O *Case 1 Respeito*, considerou que a partir de sua entrada no curso houve um atendimento à sua necessidade de locomoção “*Sim, foi feita uma reforma na rampa de acesso ao meu centro, CBiotec e foi também reformada a calçada que dar acesso à entrada do prédio*” (ENTREVISTA, 2017, P.2). Nessa mesma direção, a resposta do *Case 3 Direito* “*Sim, as minhas salas de aula sempre foram no térreo. Isso me ajudou bastante*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Numa posição contrária, o *Case 4 Democracia*, afirmou “*Não, nenhuma*” (ENTREVISTA, 2017, P.2) e nessa mesma sequência, a situação do *Case 2 Inclusão*, foi muito pior “*minha necessidade surgiu neste período e apesar de solicitar no começo do período a mudança das salas, ainda não consegui, apenas duas salas que eram no primeiro andar e no segundo andar foram colocadas no térreo, porém ainda tenho salas com degraus, só consigo ir as aulas com ajuda de professores e colegas. Minha limitação física piorou e foi prolongada devido as grandes distâncias das salas de aula*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Ao refletir sobre esses fragmentos das falas dos entrevistados, obviamente eles não se referem à totalidade da falta de atendimento às necessidades de acessibilidades das pessoas com deficiência. Mas servem como base para inferir que dependendo da atenção e

preocupação com os outros como parte da dinâmica de coletivização, foi possível observar que alguns cursos se preocuparam em diminuir as dificuldades de acessibilidades dos seus alunos com deficiência, enquanto, outros cursos nada fizeram ou ainda não compreenderam a necessidade de adequar os espaços físicos existentes às pessoas, e não ao contrário, adequar as pessoas aos espaços físicos, pois nem todos tem a mesma situação. Olhar para o diferente exige se colocar no lugar do outro em perspectiva.

## 7.6 Avaliação das condições de acessibilidade da UFPB

Muito dos problemas das políticas sociais se referem à falha em diagnosticar as condições objetivas da realidade. Diante disso, os aspectos de acessibilidade físico ambiental de qualquer organização demonstra o nível de desenvolvimento técnico-político desta organização, podendo ser mais atrasada ou mais desenvolvida, ou ainda em processo. Uma organização que não se volta para sua dinâmica física, buscando a sua melhoria, como espaço coletivo, significa que o respeito, a inclusão, o direito e a democracia desta organização está em falta com as pessoas, com o bem estar e a qualidade de vida dos indivíduos que atuam nela.

Nesse sentido, foi indagado aos estudantes deste estudo que pudessem avaliar as condições de acessibilidade da UFPB, eles apontaram os seguintes indicadores, como observa-se no quadro 7:

**Quadro 08 – Avaliação das condições de acessibilidade da UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Precárias				
Discriminatórias				
Irregulares				
Péssimas				

**Fonte:** coleta de dados. UFPB/2017.

Nessa questão, todos foram unânimes em afirmar que as condições de acessibilidade da UFPB são em geral péssimas, não atende as especificidades, não garante liberdade de ir e vir para as pessoas com deficiência, não estimula a convivência nos espaços comuns e pedagógicos da universidade de forma democrática e organizada. O *Case 1* Respeito, apontou a irregularidade como um indicador sobre as condições de acessibilidade, com a seguinte descrição:

*Acredito que as condições de acessibilidade da Universidade seriam perfeitas quando eu tivesse livre acesso algum ambiente da mesma, sem depender de outras*

*peças para isso. Esse acesso pode não ser possível se houver por exemplo, irregularidades nas calçadas por onde eu passar, que podem impossibilitar minha passagem, já que ficarei travada na mesma. Então, pouco adianta arrumarem as rampas de acesso, mas se deixarem as calçadas irregulares e com buracos. Um lado positivo, pelo qual sinto que as necessidades são atendidas é a UFPB dar o direito ao aluno deficiente ter um ou mais alunos apoiadores para os ajudar nas dificuldades que tiverem. (ENTREVISTA, 2017, P.3).*

Seguindo essa mesma direção, o *Case 2 Inclusão*, considera que as condições de acessibilidade da UFPB são precárias, “*As condições de acessibilidade na Universidade são precárias, alguns locais são mais acessíveis, estes são os locais de maior fluxo de pessoas, já dentro dos centros quase não há acessibilidade, as calçadas estão em péssimo estado, há poucas rampas e quando tem, geralmente estão em más condições ou mal feitas*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

Já a fala do *Case 3 Direito*, considera que “*são péssimas. Não existe acessibilidade, as calçadas são esburacadas, as rampas desniveladas, os banheiros não são acessíveis*” e por fim, a descrição do *Case 4 Democracia*, consegue imprimir a ideia de que as condições de acessibilidade da UFPB refletem a discriminação que as pessoas com deficiência ainda vivem na sociedade, ele afirmou:

*As condições não são nada razoáveis. Eu tenho uma deficiência que apesar de limitar alguns dos meus movimentos dos membros inferiores (pernas), ainda possibilita ter acesso tranquilo aos lugares. Ando de muletas. Mas não consigo dizer que tá tudo bem, quando penso nos meus colegas cadeirantes e deficientes visuais que frequentam a UFPB. Esses devem ter inúmeras reclamações e reivindicações a fazer. Sofrem na pele o desrespeito, a discriminação e são impossibilitadas pelas estruturas físicas mal acabadas e pela ausência do olhar de quem administra esta instituição, de não terem garantido o direito de ir e vir, previsto na Constituição Federal. Quando os gestores das universidades não adaptam as salas de aulas, as bibliotecas, os laboratórios, as calçadas e os espaços públicos de uma universidade, estão cometendo crime de improbidade administrativa e de discriminação. Torço para que este panorama mude e que essas pessoas que estão à frente de órgãos e instituições de ensino, se sensibilizem e, de fato, executem ações para garantir a igualdade de direitos e o bem estar de todos (as). (ENTREVISTA, 2017, P.3)*

Analisando as expressões dos conteúdos dessas afirmações nos remetem a indagar, a UFPB nunca ouviu as pessoas com deficiência? Os gestores que ao longo dessa história, a partir de 1988, o que fizeram para se adequar à lei de acessibilidade, à inclusão das pessoas a partir da melhoria do seu parque físico institucional para que outras mudanças pedagógicas também fossem operacionalizadas? Observando as condições de acessibilidade da Universidade, pode-se ainda afirmar que falta claramente um projeto, pequenas obras são realizadas, mas como os próprios alunos apontaram, mas são de péssima qualidade na maioria das vezes. Ou seja, concorda-se com a fala do *Case 4 Democracia*, parece que ainda não

houve um projeto de diagnóstico das condições de acessibilidade para se pensar as outras etapas de adequação. Ou se existe, não foi publicizado, dificultando que as pessoas interessadas conseguiram monitorar o que vem sendo feito.

Seguindo a mesma direção, foi indagado aos alunos o que eles sugeririam para melhorar as condições de acessibilidade da UFPB. Eles informaram concepções importantes para que todos possam tomar a frente no processo de reconstrução e construção da acessibilidade, conforme se observa no quadro 08:

**Quadro 09 – Sugestões para Melhorar as Condições de acessibilidade da UFPB**

<b>Categorias</b>	<b>Case 1 Respeito</b>	<b>Case 2 Inclusão</b>	<b>Case 3 Direito</b>	<b>Case 4 Democracia</b>
Respeito				
Planejamento				
Arrumação				
Diagnóstico				
Acompanhamento				
Fiscalização				

**Fonte:** coleta de dados. UFPB/2017.

O *Case 1 Respeito*, descreveu que gostaria “*que todas as calçadas fossem arrumadas, houvessem rampas em ambientes adequados, que os elevadores dos principais prédios funcionassem, como o das bibliotecas (central e setoriais) e da Reitoria*” (ENTREVISTA, 2017, P.3).

Já a percepção do *Case 2 Inclusão*, considera que tudo começa pelo planejamento das ações para criar um clima de acessibilidade na Universidade “*Planejamento quanto a construção de rampas, colocando estas nos lugares adequados e maximizando a possibilidade de trajetos a serem seguidos, reforma das calçadas e rampas existentes, banheiros acessíveis em todos os centros, blocos e Restaurante Universitário, a maioria está com barras quebrada e luzes queimadas*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

A sugestão do *Case 3 Direito*, foi dizer que poderia começar pelo respeito das pessoas que não são deficientes. “*Primeiro que houvesse respeito, pois já fui impedido de acessar um ambiente porque alguém estacionou em cima da rampa ou da calçada por onde eu iria passar. Segundo que haja um bom planejamento e fiscalização das partes competentes*” (ENTREVISTA, 2017, P.2).

A percepção do *Case 4 Democracia*, apontou três elementos aspectos para melhorar as condições de acessibilidade da Universidade e visão mais ampla sobre a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da sociedade, vejamos a sua descrição:



*Tudo. Mas esse tudo precisa começar com três pontos essenciais: Diagnóstico, planejamento e acompanhamento de execução. No diagnóstico precisa-se levantar quantas pessoas com deficiência a UFPB. Depois qual o tipo de deficiência encontrado. E então convoca-se uma reunião para ouvir esses alunos, suas reclamações, reivindicações e sugestões. A partir da colheita de todas essas informações, se tem um panorama da real situação e dos principais problemas. No planejamento se faz uma leitura do diagnóstico, traça-se as prioridades e as ações emergenciais a serem tomadas para solucionar os principais problemas. Tudo isso, estabelecendo um canal de diálogo bastante franco com os especialistas e com uma comissão dos alunos com deficiência. E aí é o momento de dizer o que se pode ou não fazer para minimizar os constrangimentos causados pela ausência da acessibilidade. É o momento de construção e projeção das melhorias. Elaborar-se um caminho a ser trilhado para alcançar os objetivos. Divide-se as tarefas de cada um. Elaborar-se um cronograma de atividades. No acompanhamento de execução todos os envolvidos podem cobrar a efetividade das ações planejadas. Serve como um instrumento de controle e de avaliação daquilo que se foi planejado e se está ou não sendo executado. Isso deve acontecer até os objetivos serem atingidos. Tenho certeza de que essa é uma luta possível de vencer. Todos nós temos capacidade de alcançar aquilo que sonhamos. Mas pra que os nossos sonhos se concretizem, é preciso ter a garantia dos direitos. As pessoas com deficiência têm capacidade de chegar aonde quiserem. Não podem ser vistas como coitadas e inutilizadas. Afinal, somos especialistas em superar desafios. Somos todos iguais na diferença. (ENTREVISTA, 2017, P.3)*

Percebe-se nas descrições que alguns aspectos são centrais, como respeito, planejamento, diagnóstico, melhorias de acordo com as necessidades, fiscalização, como vimos no Quadro 8. Há uma necessidade de diagnosticar a realidade de acessibilidade institucional da UFPB, que parte não apenas de verificar isso do ponto de vista meramente visual, mas entender as necessidades a partir daquelas pessoas que de fato mais sentem, que são os alunos/servidores que tem deficiência e que eles no convívio público sabem apontar quais são as necessidades não atendidas. A Universidade também precisa mudar seu parque institucional para que ela apresente-se como um espaço público em que todos são capazes de usufruir com liberdade, respeito às diferenças e igualdade de condições de acesso. Os Casies 3 e 4 de forma complementar apontaram os elementos principais para realizar melhorias nas condições de acessibilidade se fossem consideradas as mudanças na gestão baseadas em Respeito, Planejamento, Acompanhamento e Fiscalização de obras que pudessem melhorar e criar uma nova atmosfera de inclusão às pessoas nos espaços coletivos da UFPB.

Na percepção do representante do CIA argumentou em entrevista que a meta da UFPB é tornar a universidade mais acessível numa cultura de inclusão; envolver a comunidade; e tentar mudar a concepção das pessoas sobre o quanto a sua atitude faz diferença num processo de inclusão e acessibilidade de uma forma geral. Isso é apenas parte do problema, como bem apontou o Case 3 Direito, que falta respeito das pessoas, mas não falta apenas isso, a questão da acessibilidade é real, notoriamente se ver a falta e falhas de estruturas físicas adequadas que facilitem a vida das pessoas de forma geral.

As descrições dos alunos com deficiência que participaram deste estudo apontaram os caminhos que a gestão da UFPB poderia a começar realizar e expressam uma percepção mais aprofundada do problema da acessibilidade institucional muito mais abrangente do que o representante do CIA. Isso para pontuar a necessidade de que as pessoas, os grupos, as comunidades para quem as políticas se destinam sejam ouvidos em primeiro plano, isso já seria uma ação de inclusão e respeito à condição humana, que é diversa.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os direitos assegurados às pessoas com deficiência passaram por um longo processo de luta, reivindicação e aprimoramento como foi visto ao longo do contexto histórico, ultrapassou um pensamento de negação, exclusão passou a ter um pensamento de inclusão, lidando com as diferenças.

A deficiência não é um fator capaz de definir a pessoa e tendo em vista os princípios da CF/88, principalmente aqueles que asseguram a igualdade de tratamento e a dignidade da pessoa humana, esses cidadãos hoje têm sua cidadania reconhecida. Porém ainda não se tem o direito de ir e vir, apesar de também estar previsto na Constituição Federal, a questão da acessibilidade como um direito básico para autonomia e liberdade das pessoas.

Diante da identificação de muitos obstáculos de acessibilidade na UFPB a partir de imagens e da ótica dos alunos com deficiência, foram levantados elementos importantes a respeito do assunto, percebeu-se que existem falhas de acesso, tais como, calçadas esburacadas, ausência de rampas e/ou rampas desniveladas, banheiros que não são acessíveis, há muitas barreiras que impedem a acessibilidade desses alunos.

Em relação ao objetivo de identificar os serviços de apoio dirigidos aos alunos com deficiência na UFPB, vimos que a universidade conta com o apoio do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, implementado em parceria com a Secretaria de Educação Superior, apoia a criação e reestruturação de Núcleos de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), responsáveis por ações institucionais para eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais. Os núcleos devem garantir o acesso de estudantes, professores e servidores com deficiência a todos os espaços, ações e processos, buscando seu pleno desenvolvimento acadêmico. As IFES devem elaborar e executar os projetos de acordo com as orientações do MEC. E o responsável pelo funcionamento do Programa Incluir é Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), o qual busca garantir o acesso das pessoas com deficiência na UFPB. Também foi apontado que

alguns dos entrevistados utilizam os recursos oferecidos pela universidade, tais como, o uso da cadeiras de rodas e do apoio pedagógico e de locomoção dentro do campus por meio de um aluno apoiador, o qual tem a função de acompanhar o aluno com deficiência nas aulas .

Em relação ao objetivo de verificar se os impedimentos da acessibilidade física prejudica o acesso dos alunos com deficiência às atividades/projetos na UFPB, diante das respostas dos entrevistados percebeu-se que mesmo com toda falha de acesso, toda essa inacessibilidade, alguns ainda conseguem participar das atividades/projetos, já outros, como dito na entrevista, não conseguem ir à coordenação do curso e a sala dos professores por falta de acessibilidade.

Quanto ao objetivo de verificar se houve ou não o acesso ao atendimento de suas necessidades enquanto alunos com deficiência na UFPB, os 04 entrevistados assumiram posicionamentos diferentes em relação à questão, diante das respostas, observou-se que alguns cursos tiveram a preocupação de diminuir as dificuldades de acessibilidade dos seus alunos, porém, outros cursos não fizeram nada para adequar o ambiente ao aluno.

Por fim, em relação ao objetivo de analisar as avaliações e sugestões que os alunos com deficiência detém em relação às condições de acessibilidade da UFPB. Foi identificado que as condições de acessibilidade da UFPB são em geral péssimas, não atendem as especificidades, não garante liberdade de ir e vir para as pessoas com deficiência, não estimula a convivência nos espaços comuns e pedagógicos da universidade de forma democrática e organizada. Percebe-se nas descrições que alguns aspectos para tornar a UFPB acessível são centrais, como respeito, planejamento, diagnóstico, melhorias de acordo com as necessidades, fiscalização.

Foi bastante significativa e um grande aprendizado realizar esta pesquisa sobre o tema da Acessibilidade, o qual teve como foco do estudo os desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFPB, posto que através das entrevistas feitas a Coordenadora do CIA e aos alunos com deficiência, foi possível entender o quanto um ambiente acessível é importante para uma pessoa com deficiência, o quanto milímetros ou centímetros fazem diferença em questão da ABNT e para eles também, diante da fala dos alunos foi possível identificar quais as suas maiores dificuldades dentro do campus, e suas sugestões para tornar a UFPB mais acessível. A acessibilidade é umas das mais antigas reivindicações das pessoas com deficiência. Este estudo só deixa mais claro o quanto ele precisa ser abordado frequentemente, para assim conscientizar as pessoas de que as pessoas com deficiência não constituem exceções da normalidade, mas fazem parte integrante e indissociável da sociedade.

Diante de todo exposto, percebe-se que o caminho para a plena inclusão, para tornar a UFPB totalmente acessível não é simples, mas juridicamente essas pessoas estão amparadas, dependendo agora de uma evolução social e receptiva do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e das demais autoridades dos centros e da reitoria, que ocorrerá de acordo com a concretização de políticas públicas para conscientizar a população e também para que aconteçam as adaptações necessárias nas instituições de ensino. Entende-se que tornar o ambiente universitário acessível abre possibilidades e cria condições de escolha para o uso de quaisquer esferas, sem impedimentos.

Portanto, a implementação de políticas públicas que garantam o acesso dos alunos com deficiência na UFPB e em todas as suas dimensões é fundamental para o favorecimento de um cenário inclusivo, e principalmente que a reforma ambiental da universidade que está em pauta seja levada com seriedade a questão da acessibilidade, não apenas criar uma rampa ali, outra acolá, mas de fazer as mudanças arquitetônicas com os melhores conceitos existentes, seguindo as resoluções já expostas pelas literaturas e exemplos pioneiros de inclusão dos espaços públicos de outras experiências, e outro aspecto, é ouvindo de fato as pessoas que mais precisam de um espaço institucional com acessibilidade, os próprios alunos/servidores e outros públicos para que eles possam apontar como as coisas devem ser, para que as novas construções não sejam realizadas fora dos padrões estipulados, gastando-se recursos públicos de forma equivocada, e que as construções mais antigas do acervo arquitetônico da UFPB possam ser restaurados adequando-se à realidade de novos tempos, a de inclusão como direito básico e fundamental para qualquer pessoa, e em particular para aquelas pessoas que não foram beneficiadas, vistas e ouvidas ao longo do processo histórico.

Por fim, este trabalho se habilita com uma temática pertinente ao campo de públicas, pois em si, retratou de uma forma simples, a complexidade dos direitos de cidadania e de falhas de políticas, programa e projetos, como o Programa Incluir, o qual foi o nosso espelho para discutir a acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

ABNT.NBR.9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** (2015). Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>> Acesso em: 07/03/2017

AMIRALIAN. M; PINTO. E; GHIRARDI. M, LICHTIG. I, MASINI. E; PASQUALIN. L. **Conceituando deficiência.** Rev. Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>> Acesso em: 20/10/2016

Blog Ateliê de ideias. **Sanitário.** 24/05/2017. Disponível em <<https://www.ateliedeideiasarquitetura.com/2016/10/31/sanitario/>> Acesso em: 25/05/2017

Blog Os cadeirantes. **Ônibus rodoviários devem ser adaptados ao regulamento brasileiro de acessibilidade.** 26/05/2013. Disponível em <<http://oscadeirantes.blogspot.com.br/search/label/%C3%94nibus%20adaptado>> Acesso em: 21/03/2017

Blog Projemak. **Layout de Acesso para Cadeirantes.** 09/11/2016. Disponível em <<http://projemak.com.br/layout-de-acesso-para-cadeirantes/>> Acesso em: 25/05/2017

**BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL, **DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)> Acesso em: 21/03/2017

BRASIL, **DECRETO Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 21/03/2017

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 22/03/2017

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental** – Deficiência visual – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000463.pdf>> Acesso em: 22/03/2017

BRASIL. Universidade Federal da Paraíba. **Tipos de deficiência.** Ministério da educação. 1 folder Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA

CARVALHO, RositaEdler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 4. Ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 15/05/2015

DINIS. D; BARBOSA. L; SANTOS.L. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça.** revista internacional de direitos Humanos , dezembro 2009.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão n° 1, 2005.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MEDEIROS. M; DINIZ. D; **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento.** Setembro de 2004. P 8) Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/td\\_1040.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/td_1040.pdf)> Acesso em: 30/03/2017

MELO, Gardênia L. V. de; FARIA, Viviane F. **Pessoa com deficiência: conquistando direitos, construindo cidadania** (Série Seidinho e sua turma). Teresina: SEID, 2009. p48

MIRANDA, Theresinha G. **A inclusão de pessoas com deficiência na universidade.** In: JESUS, Denise M de; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA Brasília - Janeiro de 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 21/03/2017

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997


Site da Prefeitura de Toledo. **Rampas de acessibilidade já estão sendo utilizadas no Parque Ecológico Diva Paim Barth.** 07/08/2014. Disponível em <<https://www.toledo.pr.gov.br/noticia/rampas-de-acessibilidade-ja-estao-sendo-utilizadas-no-parque-ecologico-diva-paim-barth>> Acesso em: 23/05/2017

Site Diário da Inclusão Social. **A INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.** 08/09/2016. Disponível em <<https://diariodainclusaosocial.com/2016/09/08/quem-sao-as-pessoas-consideradas-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 25/05/2017

Site Portal Auto. **Qual deve ser o tamanho de vagas de estacionamento?.** 16/12/2015. Disponível em <<http://portalauto.com.br/legislacao/tamanho-vaga-estacionamento/>> Acesso em: 23/05/2017

ZAGO. F. **OBRA DE ACESSIBILIDADE É INAUGURADA EM CALÇADAS DO CENTRO DO RIO.** Julho/2012. Disponível em <<http://www.fernandazago.com.br/2012/07/obra-de-acessibilidade-e-inaugurada-em.html>> Acesso em: 13/04/2017


## APÊNDICE A

	<p><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB</b>  <b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA</b>  <b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DTG</b>  <b>CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA- TGP</b></p>
---	--

### ENTREVISTA SOBRE O COMITE DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (CIA) NA UFPB

1º Como é composto e quais são os objetivos e metas do grupo de acessibilidade arquitetônica?
2º Quais os desafios e principais problemas enfrentados para tornar a universidade mais acessível?
3º Quais ações estão sendo tomadas?
4º Quais os recursos utilizados para manter o programa?
5º Qual a sua maior preocupação hoje em relação à acessibilidade?

## APÊNDICE B

	<p><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB</b>  <b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA</b>  <b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DTG</b>  <b>CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA- TGP</b></p>
---	--

### QUESTIONÁRIO SOBRE A ACESSIBILIDADE NA UFPB

Idade:
Sexo: ( ) F ( ) M
Curso:

<p><b>1º</b> Você possui algum tipo de deficiência ou limitação?          ( ) Sim ( ) Não</p>
<p><b>2º</b> Que tipo de deficiência você possui?          ( ) Visual ( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Outra</p>
<p><b>3º</b> Você frequenta todos os ambientes da UFPB (biblioteca, laboratórios, cantina, etc).          Considera que há barreiras de acessibilidade?</p>
<p><b>4º</b> Você tem conhecimento se a UFPB oferece algum serviço de apoio aos estudantes com deficiência? Você utiliza algum recurso ou faz uso de algum serviço? Qual?</p>
<p><b>5º</b> Você consegue acompanhar todas as atividades ofertadas pela universidade (extensão,</p>



monitoria, palestras, reuniões etc)?
<b>6º</b> Após sua aprovação no curso, você percebeu alguma mudança para atender as suas necessidades?
<b>7º</b> Como você avalia as condições de acessibilidade da universidade. Você considera que suas necessidades são atendidas? Por quê?
<b>8º</b> O que você acha que poderia melhorar em questão de acessibilidade na UFPB?

## Anexo A – Dados do Inep

1 - Dados Gerais - Graduação Presencial e a Distância															
1.9 - Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Necessidade Especial, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2014															
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Necessidade Especial														
	Nº de Alunos	Total de Deficiências *	Cegueira	Baixa Visão	Surdez	Deficiência Auditiva	Deficiência Física	Surdocegueira	Deficiência Múltipla	Deficiência Intelectual	Autismo Infantil	Síndrome de Asperger	Síndrome de Rett	Transtorno Desintegrativo da Infância	Superdotação
Brasil	33 377	34 144	1 883	7 938	1 629	5 321	10 311	116	571	989	867	112	53	119	4 235
Pública	13 723	14 158	698	3 863	459	1 472	3 301	49	339	402	32	46	12	32	3 453
Federal	10 602	10 847	496	2 562	355	1 160	2 332	44	184	286	21	26	7	16	3 358
Estadual	2 542	2 724	166	1 197	38	244	701	4	149	90	10	19	5	11	90
Municipal	579	587	36	104	66	68	268	1	6	26	1	1	-	5	5
Privada	19 654	19 986	1 185	4 075	1 170	3 849	7 010	67	232	587	835	66	41	87	782
Paraíba	2 126	2 137	39	1 292	86	259	383	-	30	12	3	6	2	6	19
Pública	1 794	1 802	30	1 227	85	100	284	-	30	11	2	6	2	6	19
Federal	1 385	1 390	22	953	83	76	212	-	25	7	-	2	-	3	7
Estadual	409	412	8	274	2	24	72	-	5	4	2	4	2	3	12
Municipal	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Privada	332	335	9	65	1	159	99	-	-	1	1	-	-	-	-

